

O CAMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Prof Katia Isabelli Melo de Souza
Universidade de Brasília
Câmara dos Deputados

Ao iniciarmos esta comunicação, gostaríamos de ressaltar que nossa proposta no presente texto está centrada, basicamente, para uma categoria profissional que está inserida no que convencionou-se denominar "profissionais da informação", os arquivistas, não tendo a pretensão de abordar o campo de atuação de todos os profissionais da informação. Do mesmo modo, buscaremos apresentar alguns aspectos da realidade vivenciada no Brasil.

Nossa intenção não é a de definirmos aqui campos específicos para a atuação dos profissionais da informação mas de contribuir para a ampliação do debate sobre o tema.

1 - Profissionais da informação

Nas últimas décadas vem sendo manifestada uma exigência cada vez maior, por parte do mercado de trabalho, da atuação de profissionais qualificados, o que não revela-se diferente no campo da ciência da informação. As instituições culturais também compartilham de tal preocupação buscando ter em seus quadros profissionais detentores de notório saber para atuarem como gestores da informação.

Antes de tecermos maiores considerações sobre o profissional da informação, consideramos oportuno destacar o que vem a ser informação no âmbito do profissional da informação. Segundo Pinheiro "informação...é componente de todas as profissões e atividades que dela precisam e dependem...Para o profissional da informação ela é objeto de estudo, de natureza singular e distinta dos objetos das demais ciências, sejam as naturais, sociais ou humanas, sendo um fenômeno que traz, em si mesmo, abstração, subjetividade e complexidade". (1996 p. 33).

Ao fazermos alusão ao profissional da informação constatamos que a literatura especializada não faz referência a uma única e determinada categoria profissional. Por outro lado percebe-se que a denominação de *profissional da informação* não atingiu um consenso entre os teóricos da área. Cronin é enfático ao afirmar que não existe a profissão de informação. Segundo ele, o que existe é "uma população heterogênea e espalhada por uma grande área, de pessoas profissionalmente qualificadas, as quais, por conveniência, podem-se classificar como profissional de informação. O espectro de funções que desempenham e a gama de habilidades que exercem nos seus trabalhos cotidianos é diverso demais para sucumbir a uma classificação simplista" (1993 p.52).

Apesar da disparidade teórica-conceitual, o que verifica-se é a inserção de diversos profissionais que lidam com a informação sendo denominados como tal¹. Reconhecemos, entretanto, que dentre as categorias mencionadas como profissional da informação apresentam-se arquivistas, administradores, museólogos, bibliotecários, contadores, analistas de sistemas, jornalistas e documentalistas². Não resta dúvida, portanto, de que o elemento comum a esses profissionais é a informação, apesar dos procedimentos distintos e específicos inerentes ao desempenho de cada uma das atividades profissionais.

Mais recentemente, com o surgimento do moderno profissional da informação emerge uma proposta de integração das três áreas: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia³. Essa similaridade entre as áreas é também evidenciada no campo da ciência da informação⁴ onde os teóricos associam a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia como áreas próximas que revelam características multidisciplinares. Entretanto destacamos que fora as analogias também são reveladas algumas diferenças, principalmente no que se refere aos procedimentos adotados concernentes ao tratamento aplicado aos documentos. Além disso, usando como exemplo o campo da Arquivologia, os pressupostos fundamentais que caracterizam as especificidades dos arquivos diferindo-os de outras instituições culturais são o caráter orgânico e as especificidades dos documentos que os compõem, sendo estas: ordem jurídica, caráter seriado, unicidade e objetividade (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 117). Portanto, ainda que nas três áreas seja possível compartilharmos com um único objeto, a informação, as características peculiares de cada uma delas difere na própria concepção do acervo. Se por um lado a informação é o elemento mais evidente nas diferentes ciências, por outro lado a atuação profissional é totalmente distinta.

Apesar da inclusão de uma diversidade de categorias profissionais, as definições apresentadas para o profissional da informação não compartilham de uma conceituação específica revelando um certo antagonismo. Contudo, como salientamos anteriormente, o elemento intrínseco de trabalho consubstancia-se sempre na informação.

¹ Na literatura especializada algumas categorias são mais frequentemente apontadas como integrantes do que convencionou-se definir por profissional de informação.

Diferindo dessa linha de pensamento, Le Coadic classifica em três grupos os profissionais da informação: os especialistas da informação, os empresários da informação e os cientistas da informação. (1990 p.107). O fato de Le Coadic excluir do que convencionou-se denominar profissionais da informação as categorias profissionais citadas acima deve-se à opinião de que os bibliotecários e arquivistas estão mais voltados para as técnicas do documento e do objeto mas não da informação.

A partir de 1992 com a criação pela Federação Internacional de Informação e de Documentação - FÍD - do *Special Interest Group/Modern Information Professional*, o Moderno Profissional da Informação - MIP - vem sendo discutido no Brasil sendo visto por alguns como uma proposta de integração dos profissionais de Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia, conforme salienta Guimarães (p. 126 e 127). As linhas de ação do MIP é composta pela Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, o que Smit (In Guimarães p.26) considera como as 3 (três) maríadas.

² Le Coadic atribui ao campo da informação quatro disciplinas que ele considera como mais atuantes (biblioteconomia, museologia, documentação e jornalismo), excluindo a arquivística. Segundo ele, "a arquivística, disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a conservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. Os arquivos não passam de documentos conservados, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos". Ainda para o autor, a característica principal das disciplinas por ele mencionadas no campo da informação é de que elas revelam um grande valor "aos suportes da informação e não à própria informação". Não compartilhamos da linha de pensamento que o autor defende sobre arquivística. Faremos menção à citação de Jardim ao considerar que a Arquivologia nasceu sendo vista como "ciência auxiliar da história". No entanto, atualmente, a Arquivologia "tende a ser concebida como uma disciplina autónoma, não tutelada por nenhuma outra e

Segundo Le Coadic o profissional da informação consiste em "pessoas...que adquirem informação registrada em diferentes suportes, organizam, descrevem, indexam, armazenam e distribuem essa informação em sua forma original ou como produtos elaborados a partir dela" (p. 106). A característica apresentada por Richard Manon para o profissional da informação define-o como sendo aquele que "é capaz de conseguir a informação certa da fonte certa, no tempo certo e da forma a mais adequada para o uso pretendido e a um custo justificado" (In Bellotto p.22). Como pode ser observado, os aspectos divergentes quanto à conceituação do profissional de informação sintetiza em que na visão de Le Coadic o profissional trabalha a informação em detrimento de novos usuários que dela vão utilizar-se enquanto que na visão de Manon ele torna-se um usuário da própria informação.

Já que o elemento intrínseco de trabalho desses profissionais é a informação, como então delimitar um campo de atuação próprio para cada um deles? Caberia aos bibliotecários atuarem única e exclusivamente nas bibliotecas junto aos livros e periódicos? Paralelamente, a atuação do arquivista estaria restrita única e exclusivamente, aos arquivos das instituições públicas ou privadas e aos documentos textuais, basicamente em suporte papel? Se delimitarmos que a atuação dos profissionais da informação deve ser restrita ao que convencionou-se como o campo de trabalho desses profissionais, ou seja, bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, esses não poderão exercer as suas atividades específicas em outros espaços que não aqueles já definidos como sendo de *propriedade exclusiva* de cada um. Refiro-me ao fato de que no campo de atuação desses profissionais ainda existem determinadas áreas pouco exploradas, principalmente no que se refere ao usuário/pesquisador.

Ao abordar essa questão Le Coadic aponta a seguinte sugestão "os especialistas da ciência da informação e os profissionais do setor, editores, livreiros, documentalistas, bibliotecários, arquivistas e museólogos, preocupados com a criação, armazenamento, comunicação e uso da informação, devem examinar seus futuros papéis, mais próximos da informação e mais distantes do livro, do documento e do objeto." (1995 p. 110). Sendo assim, o interesse do profissional da informação deverá estar voltado, fundamentalmente, para a informação no sentido de como tratá-la e torná-la acessível ao pesquisador/usuário. Exige-se, portanto, uma formação e, conseqüentemente, uma atuação diversa daquela que até então desenvolvia voltada, praticamente, para o tratamento técnico a ser aplicado ao documento.

Nos primórdios da Arquivologia podiam-se distinguir duas funções definidas, até então, como primordiais ao arquivista. Era-lhe imputado recolher e preservar os documentos. A abertura dos arquivos aos cidadãos revelou uma nova demanda caracterizada pela consulta aos documentos. Posteriormente a vertente fundamental da área revelava um enfoque para com a organização, ou seja, o tratamento técnico a ser aplicado ao acervo, e a disponibilização das informações aos usuários. Atualmente ao arquivista

enquanto profissional da informação é inserido um outro elemento, a informação registrada orgânica. O objeto de trabalho não fundamenta-se mais nos arquivos e nos documentos, conforme revela Jardim no artigo *Novas perspectivas para a Arquivologia nos anos 90* (1995 p. 30). A informação constitui-se, portanto, como um dos objetos da Arquivologia.

Se anteriormente as atribuições inerentes ao arquivista fundamentavam-se para o tratamento técnico a ser aplicado ao acervo, recentemente uma nova linha de ação emerge: o usuário do Arquivo. Os arquivos vem revelando interesse pelos seus clientes. Prova disso tem sido os estudos de usuários⁵ realizados pelas instituições arquivísticas bem como a preocupação para com a difusão social dos arquivos⁶.

Acreditamos que ainda há muito que ser feito por esse profissional a fim de que o mesmo adquira o respeito da sociedade, tão citado e exigido pela Prof*. Heloísa Bellotto. Conforme expõe a Prof. Heloísa Bellotto, "a imagem do arquivista na sociedade é um dos temas que mais tem preocupado professores e profissionais nas últimas décadas. Se, no limiar do século XXI, tem-se a pretensão de consolidar definitivamente a profissão, é fundamental a sua aceitação definitiva como área respeitável e importante de trabalho" (1996 p.7).

Queremos enfatizar que cabe a nós, arquivistas, revelarmos à sociedade a importância do nosso trabalho.

2 - Formação profissional

A formação dos profissionais da informação no Brasil está associada aos cursos de graduação, diferindo sobretudo dos países norte-americanos e europeus que estão pautados na pós-graduação. O reconhecimento e a regulamentação da profissão ocorreu em 1978 pela Lei nº 6.546, de 4 de julho.

Os cursos de graduação existentes ainda são poucos. Os primeiros profissionais egressos dos cursos de graduação surgiram na década de 70. Atualmente, seis universidades ministram o curso de Arquivologia; Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO; Universidade Federal Fluminense - UFF; Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; Universidade Federal da Bahia - UFBA e Universidade Estadual de Londrina - UEL, sendo que as duas últimas iniciaram o curso no presente semestre.

As atribuições inerentes ao Arquivista, nível superior, e ao Técnico de Arquivo⁸, nível médio, estão contempladas na Lei que regulamenta a profissão:

"Art. 2º - São atribuições do Arquivista:

⁵ Ver Marco Aurélio Santos. *Estudo de usuário do Arquivo Público do Distrito Federal*. Caderno de Pesquisa nº 3. Brasília, ArPDF, 1996.

⁶ Ver Katia Isabelli Melo de Souza. *Políticas Públicas nos Arquivos*. Caderno de Pesquisa nº 7, Brasília, ArPDF, 1998.

⁷ O curso de Arquivologia iniciou no Arquivo Nacional. Somente quando foi transferido para uma universidade foi considerado como um curso superior de fato.

⁸ Até o momento desconhecemos um curso que forme o profissional de arquivo de nível médio. Em 1995 foi apresentada uma proposta para a implantação do curso técnico no governo do Distrito Federal por um grupo de profissionais do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Distrito Federal, Universidade de Brasília e Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de Brasília. Até o

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo,
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos,
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes".

Passadas duas décadas, as atribuições contidas na legislação revelam-se defasadas se comparadas às atividades desenvolvidas pelos arquivistas na atualidade.

Consideramos que o campo de atuação do profissional de informação está intimamente ligado à formação teórica. A formação do arquivista, num primeiro momento, voltada para uma vertente histórica, divide hoje com a interdisciplinaridade, outros campos do conhecimento indispensáveis ao arcabouço teórico. Ainda assim revela-se carente de uma reformulação curricular. Contudo, temos conhecimento de que alguns cursos de graduação estão realizando propostas de reformulação curricular para o início de uma nova fase na arquivologia brasileira.

Entendemos que os diversos segmentos de formação existentes nos países que direcionam o profissional para uma vertente científica ou mesmo para uma vertente especialista deve levar em conta o escopo teórico a ser apreendido pelo profissional de informação¹⁰. Nesse sentido a referência de Heredia Herrera merece destaque ao ressaltar que "um profissional de arquivo, apesar das tendências, deve estar preparado para desempenhar sua tarefa em qualquer centro arquivístico" (1995 p.225). Dessa forma buscar-se-á dotar a formação profissional com um escopo teórico visando a qualificação dos profissionais de arquivo.

Contribuindo com essas reflexões, a UNESCO apresenta algumas temáticas que seriam comuns na formação do profissional da informação: "a noção de informação, as políticas de informação, a análise documentária, os métodos de pesquisa, os estudos de usuário, a exploração de fontes de informação, a conservação, as tecnologias da informação e as análises de sistemas". (JARDIM, 1995 p. 32 e 33).

3 - Atuação do profissional da informação

¹⁰ Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.

¹¹ Um estudo detalhado acerca da formação profissional dos arquivistas é feito por Antónia Heredia Herrera no livro *Archivística*:

Segundo Vazquez (1996 p.111) o arquivista graduado deve estar capacitado para as seguintes atribuições:

- a) tratar e disponibilizar os documentos e a informação neles contida;**
- b) dirigir os arquivos e os sistemas e subsistemas de arquivo;**
- c) propor as especificações para a construção de arquivos e locais de arquivos;**
- d) exercer a docência da arquivologia ou ciência da administração de documentos e arquivos"**

No entender de Cox, a função dos arquivistas é definida por cinco atividades que ele considera como básicas: avaliação, aquisição, arranjo e descrição, preservação e acesso (1992 p.10).

Ao discorrer acerca da profissão de arquivista, Couturre aponta a essência da função arquivística ao destacar a relevância do papel social por ele desenvolvido. Essa interligação é fundamental pelo fato do arquivista atuar com a informação produzida pela sociedade em todos os seus aspectos e, ao mesmo tempo, dispo-la de forma que a mesma sociedade possa dela fazer uso. O arquivista, segundo Couturre, "é diretamente responsável pela transmissão da memória social às gerações futuras. A ele é quem a sociedade confia a tarefa de administrar eficazmente a documentação e selecionar os documentos que passarão a barreira do tempo". (1994 p.9). Portanto, consideramos que não há como delimitar o campo de atuação do arquivista tendo em vista o papel fundamental que o mesmo tem para a sociedade.

Temos, ainda, que estar mais envolvidos com a nossa área e, conseqüentemente com o tratamento da informação no sentido de alterar a citação de Le Coadic ao considerar que "Apesar dos tímidos avanços, as antigas profissões de bibliotecário, documentalista, arquivista e museólogo são e continuam sendo as de técnicos do documento e do objeto, mas não da informação". (1996 p.107).

Como contribuição Carol Couture destaca que no limiar de um novo milênio cabe ao arquivista adaptar suas atividades profissionais às necessidades da sociedade em que esteja inserido. (1994 p. 10).

Finalizando esperamos que essa comunicação tenha contribuído para a reflexão dos profissionais de informação, notadamente os arquivistas. Se é proposta dos que atuam nos Arquivos estarem mais voltados para o seu verdadeiro cliente, o usuário, resta aos cursos existentes, enquanto agentes de formação, adequarem suas propostas de ensino para comportar tal mudança. Dessa forma será possível que os futuros arquivistas atuem no sentido da difusão social mais próxima do usuário.

BIBLIOGRAFIA:

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A imagem do Arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. **Arquivo & História**. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 2, out. 1996. p.7-16.
- 2) BRASIL. Ministério do Trabalho. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.
- 3) COUTURE, Carol, ROUSSEU, Jean-Yves. **Les archives au Xxe siècle: une réponse aux besoins de Padministration el de la recherche**. Montreal: Université de Montreal, 1982.
- 4) COX, Richard J. **Managing institucional archives: foundational principles and practices**. Greenwood Library Management Collection. 1992.
- 5) CRONIN, Blaise. Profissionalização ou proletarização da atividade informacional? **R. Esc Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 38-65, jan./jun. 1993.
- 4) GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Moderno profissional da informação: elementos para sua transformação no Brasil. **Transinformação**, v. 9, n. 1, jan/abr. 1997, p. 124-137.
- 5) HEREDIA HERRERA, Antónia. **Archivística general: teoria e práctica**. Sevilla, 1995.
- 6) JARDIM, José Maria. Novas perspectivas da Arquivologia nos anos 90. **Estudos & Pesquisas**, 1. Niterói, EDUFF, 1995, p.27-38.
- 7) LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 1996.
- 8) PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. O pensar e o fazer do profissional de informação. I Seminário de Estudos de Informação. **Anais**. EDUFF, Niterói, 1997. p.33-38.
- 9) SANTOS, Marco Aurélio. Estudo de usuário do Arquivo Público do Distrito Federal. Caderno de Pesquisa nº 3, Brasília, ArPDF, 1996.
- 10) SOUZA, Katia Isabelli de B. Melo de. Políticas públicas nos Arquivos. Caderno de Pesquisa nº 7, Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal. 1998.
- 11) VAZQUEZ, Manuel. **Introduccion a la Archivologia** Guia de estudio, s.ed. Córdoba, 1996.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry, no matter how small, should be recorded to ensure the integrity of the financial statements. This includes not only sales and purchases but also expenses, income, and any other financial activity. The document also highlights the need for regular reconciliation of accounts to identify any discrepancies early on.

Next, it covers the various methods used for recording transactions, such as the double-entry system. This system ensures that every transaction is recorded in two accounts, one as a debit and one as a credit, which helps in maintaining the balance of the books. The document provides a detailed explanation of how to set up and use a ledger, including the steps for posting entries and balancing the accounts.

The document also discusses the importance of using appropriate accounting principles and standards. It mentions that following established guidelines, such as those provided by the International Accounting Standards Board (IASB) or the Financial Accounting Standards Board (FASB), is essential for ensuring that the financial statements are reliable and comparable. It also touches upon the need for transparency and disclosure in financial reporting.

Finally, the document concludes by emphasizing the role of the accountant in providing accurate and timely financial information to management and other stakeholders. It stresses that a strong foundation in accounting principles and practices is crucial for making informed business decisions and ensuring the long-term success of the organization.